

**DIAGNÓSTICO DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM
ARAPONGA, DIVINO E ESPERA FELIZ**



Realização

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA

CTA-ZM

Viçosa - MG

Abril - 2009

Apoio



act:onaid

DIAGNÓSTICO DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM ARAPONGA, DIVINO E ESPERA FELIZ

REALIZAÇÃO

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA CTA-ZM

APOIO

AFA – ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE ARAPONGA

ASIMAF – ASSOCIAÇÃO INTERMUNICIPAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

**ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES E PRODUTORAS RURAIS DE DIVINO E
ORIZÂNIA**

CEPEC – CENTRO DE PESQUISA E PROMOÇÃO CULTURAL

COOFELIZ – COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

EFA-PURIS – ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA PURIS

EQUIPE - DIAGNÓSTICO E ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

MÁRCIO GOMES DA SILVA – CONSULTOR EM COOPERATIVISMO

GLAUCO REGIS FLORISBELO – MEMBRO DA EQUIPE TÉCNICA DO CTA-ZM

APOIO INSTITUCIONAL



Sumário

1. APRESENTAÇÃO	3
2. RESUMO EXECUTIVO	4
3. METODOLOGIA	6
4 A ECONOMIA SOLIDÁRIA: DO QUE ESTAMOS FALANDO?.....	8
5. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS.....	12
5.1. ESPERA FELIZ.....	12
○ <i>Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar e Solidária – COOFELIZ.....</i>	<i>12</i>
○ <i>Cooperativa de Crédito Solidário - ECOSOL Espera Feliz</i>	<i>22</i>
5.2. DIVINO	29
○ <i>Associação dos Pequenos Produtores de Divino</i>	<i>29</i>
5.3. ARAPONGA	35
○ <i>Grupo de Mulheres que Produzem Artesanato de Palha de Café</i>	<i>35</i>
○ <i>Associação da Agricultores Familiares de Araponga – AFA</i>	<i>37</i>
○ <i>Comissão de Mulheres.....</i>	<i>38</i>
○ <i>Cooperativa de Crédito Solidário - ECOSOL Araponga</i>	<i>39</i>
○ <i>EFA – Escola Família Agrícola Puris – Araponga</i>	<i>40</i>
○ <i>CEPEC – Centro de Pesquisa e Promoção Cultural.....</i>	<i>41</i>
○ <i>Grupo Café Orgânico</i>	<i>41</i>
6. A POLÍTICA TERRITORIAL E A ECONOMIA SOLIDÁRIA	43
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS E AÇÕES PROPOSITIVAS.....	46
8. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	52
9. ANEXOS	53
9.1. LISTA DE SIGLAS	53
9.2. ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES E PRODUTORAS RURAIS DE CARANGOLA – ACAN.....	54
9.3. MIRADOURO.....	56

1. Apresentação

Este documento traz a sistematização de um diagnóstico realizado pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) nos municípios de Divino, Araponga e Espera Feliz. O estudo foi realizado por um consultor em cooperativismo e coordenado por um técnico do CTA. As informações aqui contidas foram coletadas junto aos empreendimentos de Economia Solidária dos municípios em questão e têm o propósito de dar suporte à elaboração de novas estratégias de intervenção junto ao CTA e provocar reflexões sobre os processos econômicos desenvolvidos pelos empreendimentos de Economia Solidária da Zona da Mata.

O diagnóstico objetivou identificar a dinâmica econômica dos empreendimentos solidários que se inserem no processo de transição agroecológica. O entendimento dessa dinâmica faz-se necessário para o CTA-ZM traçar formas de intervenção junto a esses empreendimentos e grupos produtivos, bem como promover a aproximação das diversas organizações da agricultura familiar em estratégias comuns de fortalecimento da economia solidária.

O estudo se divide em três partes. A primeira traz uma abordagem teórica da economia solidária como forma de estabelecer categorias analíticas acerca do conjunto de componentes que caracterizam uma atividade econômica enquanto solidária. A segunda parte traz a caracterização dos empreendimentos investigados nos três municípios e propostas que emergiram pelos próprios agricultores/as como sendo necessárias para a melhoria econômica das atividades, além das análises feitas a partir das oficinas e entrevistas realizadas junto aos empreendimentos. A terceira parte traz as ações propositivas feitas a partir das análises. Essas ações serão apresentadas às organizações locais em seminário com o objetivo de gerar uma reflexão em torno das atividades de economia solidária, visando estabelecer ações conjuntas que venham a incidir sobre essas realidades.

2. Resumo Executivo

A economia solidária é vista como um conjunto de atribuições dadas a fenômenos econômicos, informais e formais, que trazem em seu escopo valores como solidariedade, confiança e cooperação, em detrimento à racionalidade econômica estrita. A partir da potencialidade desses fenômenos, pretende-se alcançar autonomia através da autogestão e da organização coletiva, com vistas a fortalecer os processos de transição agroecológica na zona da mata.

Os empreendimentos solidários analisados nesse diagnóstico apresentam dificuldades similares ao que apontam os estudos realizados sobre essa temática no Brasil. Esses problemas, de uma forma genérica, estão relacionados à falta de planejamento dos empreendimentos, baixa movimentação financeira por meio das cooperativas e associações, e ausência de estudos voltados para os mercados consumidores, com a finalidade de se estabelecer um mercado solidário.

Percebe-se que os aspectos relacionados à gestão estão vinculados à ausência de aprendizado sobre a racionalidade administrativa dos empreendimentos. Procedimentos básicos tais como planejamento, plano de negócios, viabilidade econômica, estão ausentes de grande parte dos empreendimentos analisados.

A comercialização apresenta-se como um dos principais entraves ao desenvolvimento dos empreendimentos. Os principais canais utilizados são as feiras livres, no entanto, de forma individual. Não é estabelecida uma estratégia por parte das associações e cooperativas para utilização desse canal. O mercado institucional, especificamente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), já está sendo executado em alguns municípios, porém, a elaboração dos projetos ainda é uma dificuldade para o acesso ao programa. Os mercadinhos, pontos de venda, estão presentes em todos os municípios. Entretanto, não estão funcionando com todo o seu potencial de escoamento, sendo o mix de produtos muito restrito frente à diversidade produzida pelas famílias.

Não se tem um negócio definido pelos empreendimentos. A diversidade produzida, então, fica ociosa, não sendo aproveitada de forma a promover a sustentabilidade financeira dos empreendimentos. As marcas criadas para evidenciar a identidade dos produtos não são aproveitadas.

Apesar desse cenário de desafios, os municípios possuem um arranjo institucional composto por entidades de apoio, centros de pesquisa, universidade, entre outras entidades que podem contribuir para potencializar essas atividades. Não se trata, aqui, de estabelecer uma estratégia genérica de intervenção, mas reconhecer a heterogeneidade da agricultura familiar da zona da mata e estabelecer ações que potencializem tanto atividades formais e informais, com o objetivo final de fortalecer as atividades econômicas de base solidária, visando à transição agroecológica.

Para tanto, deve-se estabelecer processos educativos em que o conteúdo traga questões referentes às principais dificuldades encontradas pelos empreendimentos solidários.

3. Metodologia

O estudo abrangeu os municípios de Araponga, Divino e Espera Feliz. A caracterização dos empreendimentos ou grupos informais de economia solidária deu-se a partir das organizações locais, ou seja, não se estabeleceu a priori, o que é um empreendimento de economia solidária, mas foram apontadas pelas organizações locais atividades que se caracterizam enquanto tal.

Como método de investigação utilizou-se das técnicas de coleta de dados denominadas **grupo focal, Diagrama de Veen e entrevistas semi-estruturadas**. O **grupo focal** é tomado como um grupo que se organiza em torno de uma tarefa específica: fornecer informações acerca de um tema anteriormente determinado. No caso da caracterização dos empreendimentos solidários, os temas foram referentes à gestão, comercialização, organização da produção e às principais dificuldades encontradas em cada um dos temas.

Como forma de coletar informações sobre a relação institucional dos empreendimentos, desde a relação com as entidades de apoio até a relação com as políticas públicas voltadas para os aspectos produtivos da agricultura familiar, foi desenvolvida a técnica de DRP (Diagnóstico Rural Participativo), denominada **Diagrama de Veen**. Essa técnica consiste na apresentação gráfica por parte dos agentes com objetivo de avaliar as entidades ou organizações que têm significado para eles em relação à atividade produtiva. Pretendeu-se estimular uma discussão sobre a percepção dos agentes em relação a cada organização citada com respeito à sua importância para o desenvolvimento do empreendimento solidário e sua relação de proximidade junto aos próprios agricultores/as.

As entrevistas **semi-estruturadas** tiveram como roteiro os mesmos temas do grupo focal, e lançou-se mão desse método como forma de operacionalizar as visitas aos grupos informais, que devido a seu maior número não foi possível desenvolver o grupo focal. Também utilizou-se de documentos produzidos pelo CTA, tais como relatórios de atividades relacionados aos empreendimentos de economia solidária e de planejamento feito junto às organizações locais.

O presente estudo pretende evidenciar algumas das dificuldades enfrentadas por esses empreendimentos, especificamente nos municípios de Araponga, Espera Feliz e Divino, e traçar junto às organizações locais estratégias de intervenção que possam modificar a realidade da economia solidária na Zona da Mata mineira.

4 A Economia Solidária: do que Estamos Falando?

A noção “economia solidária” emerge no Brasil a partir da década de 1990, fruto da crise provocada pela reestruturação produtiva, assumindo um caráter de valorização do trabalho e promoção do emprego e renda. Dentre os componentes desse “guarda-chuva” denominado economia solidária, destacam-se o trabalho coletivo, a gestão democrática das associações e cooperativas (consideradas formas mais avançadas da economia solidária), e a repartição igualitária das sobras. (SINGER, 2000).

Tauile (2002) caracterizou a economia solidária como sendo o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade. Parte do princípio de uma organização administrativa autogestionária com um ideal de democracia econômica e gestão coletiva a ser perseguido.

Percebe-se, então, que a forma de organização é um critério para definir um empreendimento solidário. Entretanto, para outros estudiosos a economia solidária constitui uma economia do trabalho, tendo na cooperação a alavanca para o seu desenvolvimento (GAIGER, 2005). Seria, portanto, uma forma de ação política, que supõe uma mudança ou transformação institucional, ou seja, uma mudança nas práticas cotidianas através do trabalho coletivo. Essas mudanças é que vão constituir uma nova economia, entendida enquanto uma construção sócio-histórica.

FILHO *et al* (2004) identificam as especificidades dessas atividades através de dois traços. O primeiro se dá através do agrupamento voluntário na referencia a um laço social na qual se edifica uma atividade econômica, ou seja, a reciprocidade é o fundamento das relações econômicas desenvolvidas pelos grupos. O segundo seria a ação comum enquanto forma de acesso dos grupos aos espaços públicos, por meio do qual os grupos têm a capacidade de agir numa perspectiva de mudança institucional.

No cenário atual, os empreendimentos de economia solidária no Brasil se organizam das mais variadas formas, como associações informais ou grupos de

produção, de caráter seguidamente familiar e comunitário ou, ainda, caracterizando um verdadeiro “polimorfismo”, como afirma Gaiger (2005: p. 4). Para esse autor tais empreendimentos apresentam a vantagem de desenvolverem tanto o sentido empresarial, na busca de obter resultados positivos por meio de uma ação planejada e pela otimização dos fatores produtivos, humanos e materiais, quanto o sentido solidário, através da cooperação entre os associados e a utilização coletiva dos recursos disponíveis em benefício de todo o grupo. O caráter solidário é o principal fator de diferenciação desses empreendimentos em relação às demais empresas capitalistas, que se baseiam na posse privada dos meios de produção (bens de capital) e organização assalariada do trabalho.

A colaboração entre diferentes empreendimentos sejam eles associações ou cooperativas, apresenta-se como contraponto principal à competição e ao individualismo, que, por sua vez, caracterizam os mercados capitalistas. É a partir dessa interconexão que os empreendimentos de economia solidária poderão ter a possibilidade de uma maior captação dos fluxos de valor da economia (LISBOA, 2005).

Como proposta de uma maior interação entre as organizações que apresentam certo acúmulo no fomento desses empreendimentos, foi criado em 2002 o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, com representação em todos os estados brasileiros e, no caso de Minas Gerais, representação regional na Zona da Mata. Este Fórum contém representantes dos empreendimentos, de organizações de fomento da economia solidária, além de estudantes e voluntários. O Fórum Regional de Economia Solidária possibilita aos empreendimentos trocar experiências e elaborarem estratégias de ação conjuntas com vistas a melhorar as atividades de Economia Solidária desenvolvidas.

Após a constituição da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em 2002, vinculada ao Ministério do Trabalho, e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, essa temática passou a fazer parte do discurso de movimentos sociais. Entretanto, a compilação do mapeamento dos

empreendimentos de economia solidária realizado em 2005 pela SENAES¹ apontou que apenas 38% dos empreendimentos mapeados apresentaram sobras. Fica então uma questão: se a economia solidária é tão importante para os grupos populares e uma forma de geração de trabalho e renda, quais os entraves precisam ser superados para mudar esse cenário?

Alguns estudos apontam para as dificuldades desses empreendimentos sobressaírem no mercado por motivos diversos, desde dificuldades de financiamento de suas atividades, formação de capital de giro, até dificuldades de gerir o negócio coletivo. Entretanto, a possibilidade de constituição de redes de comercialização e articulação entre diferentes cadeias produtivas pode ser um mecanismo de vantagem competitiva para esses empreendimentos. (TAUILE, 2002).

No caso específico dos empreendimentos solidários da agricultura familiar, algumas particularidades dificultam ainda mais o sucesso das atividades econômicas. A partir da década de 1990, algumas tendências podem ser identificadas no que se refere ao acesso a mercados. A primeira delas diz respeito às mudanças ocorridas na regulação, organização e nas formas de acesso aos mercados tradicionais, em que mesmo os produtores consolidados em cadeias produtivas específicas viram-se ameaçados de exclusão.

Paralelamente ocorreu o surgimento de nichos de mercado, como o orgânico, por exemplo, que em princípio oferecia novas oportunidades para a agricultura familiar. Entretanto, as exigências tecnológicas e mercadológicas apresentaram-se como um desafio para os agricultores/as familiares. Nesse contexto, supermercados, poder local, ONG's e associações de consumidores são os novos intermediários estratégicos para a agricultura familiar (WILKINSON, 2008).

¹ No endereço eletrônico <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp> tem-se acesso ao Sistema de Informações em Economia Solidária - SIES. Esse endereço também dá acesso ao Atlas da Economia Solidária no Brasil, resultado da compilação do mapeamento realizado em 2005 e 2007.

O quadro 1, a seguir, traz uma síntese das tipologias de mercados para a agricultura familiar²:

Quadro 1 – Tipologia dos Mercados na Agricultura Familiar

MERCADO	PERFIL	DESAFIOS
Commodities (Exemplo: cana de açúcar, soja, milho).	Velhos e novos mercados locais e a distância	Padronização, legislação, qualidade mínima e escala
Especialidades (Exemplo: agroindústrias de sucos, frigoríficos).	Discriminado por grande associação com localidade/tradição	Concorrência de novos entrantes
Orgânicos	Grau de associação à saúde e/ou a um modo específico de produção	Certificação, escala pesquisa
Artesanais	Denominação de origem ou não	Qualidade, normas técnicas, autenticidade, ação coletiva
Solidários	Identificação ou não com a agricultura familiar, mercados de alta e baixa renda	Escala, variedade, qualidade
Institucionais	Licitações, oferta para varejo	Qualidade, variedade, escala

² Quadro adaptado de Wilkinson(2008).

5. Caracterização Socioeconômica dos Empreendimentos Solidários

5.1. Espera Feliz

No município de Espera Feliz foram diagnosticados a Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar e Solidária – COOFELIZ, e o Posto de Atendimento Cooperativo (PAC), vinculado à Cooperativa de Crédito Solidário-Ecosol, com sede no município de Tombos. Junto à COOFELIZ foi realizado o Diagrama de Venn e o Grupo Focal. Estavam presentes na oficina agricultores familiares que fazem parte da diretoria da cooperativa e também sócios/as, totalizando 4 agricultores. No PAC foi realizada uma entrevista estruturada com o diretor administrativo. A seguir, a descrição desses empreendimentos feita a partir do relato dos agricultores envolvidos na oficina e na entrevista.

Figura 1 – Marca "Chão Feliz"



Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar e Solidária – COOFELIZ

A COOFELIZ foi constituída em 2005 a partir de uma demanda de comercialização dos agricultores/as familiares, que até então, era realizada pela Associação Intermunicipal da Agricultura Familiar – ASIMAF. Seu processo de constituição foi realizado em meio a uma mudança jurídica no código civil em

2002, na qual as associações (como a ASIMAF, por exemplo), passaram de “associações sem fins lucrativos”, para “associações sem fins econômicos”. A constituição de uma cooperativa, portanto, foi a alternativa encontrada para atender às demandas dos agricultores e agricultoras familiares. A COOFELIZ tem como área de abrangência os municípios de Espera Feliz, Caparaó, Alto Caparaó e Caiana, totalizando um número de 38 famílias associadas. A seguir, tem-se uma descrição da COOFELIZ no que se refere aos seus aspectos administrativos, bem como a relação com os cooperados.

Aspectos referentes à gestão:

Planejamento:

Foi realizada uma reunião no início de 2008 na qual foram definidas algumas ações para a cooperativa, tais como a tentativa de comercialização do café em grão através da cooperativa, e em pó através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)³. Também foi definido nessa reunião que a cooperativa iniciaria ações com vistas a aumentar o seu quadro social, bem como ampliar o seu mercado consumidor. Entretanto, não foi possível executar as ações por falta de pessoas para desenvolver as atividades. A cooperativa possui 38 associados, mas somente duas pessoas estão promovendo a gestão da cooperativa. Percebe-se, através dos relatos dos agricultores/as, que a falta de pessoas envolvidas nas atividades da cooperativa é reflexo da ausência de uma política de organização de seu quadro social. Em setembro de 2008 foi elaborado um plano de ação, no qual forjou-se atividades relacionadas à gestão, comercialização e organização da produção, sintetizados no quadro 2, a seguir:

³ O objetivo declarado do PAA é “garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar” (MDS, 2008).

Quadro 2 – Síntese do Plano de Ação⁴

<p>Gestão</p> <p>Reuniões da diretoria e do conselho fiscal toda primeira segunda feira do mês.</p> <p>Capacitação sobre o funcionamento dos conselhos e sobre cooperativismo.</p>
<p>Comercialização</p> <p>Utilizar melhor os meios de comunicação existentes.</p>
<p>Organização da Produção</p> <p>Comunicação entre os sócios através da elaboração de uma lista de contatos.</p> <p>Cadastramento dos sócios bem como a produção de cada um, sendo revisado periodicamente.</p>

Essas ações foram planejadas até dezembro de 2008 e a discussão retomada em 2009, na qual seria elaborado o planejamento, que, no entanto, ainda não ocorreu.

Funções Administrativas na Cooperativa

As funções dentro da COOFELIZ existem e estão divididas em Conselho Fiscal e Conselho Administrativo. Nesses conselhos têm-se a Coordenadoria Geral, Coordenadoria Financeira e Coordenadoria Administrativa, porém não funcionam de forma a operacionalizar a gestão da cooperativa. A partir da oficina ficou evidente que os conselhos têm responsabilidades definidas, mas os conselheiros não conhecem, de fato, quais as reais responsabilidades e funções de seu cargo. Na maioria das vezes, as pessoas que assumem esses cargos também têm cargos efetivos em outra organização parceira, o que provoca sobrecarga de responsabilidades e o mau funcionamento da cooperativa.

Muitas atribuições dentro da cooperativa acabam ficando a cargo de uma ou duas pessoas, o que não promove o aprendizado para todos os cooperados, inviabilizando a construção de processos administrativos autogestionários.

Responsabilidades dos Diretores e Sócios

⁴ Oficina realizada pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/UFV, com apoio metodológico e estrutural do CTA

Falta uma discussão maior de cooperativismo com os sócios e os membros dos conselhos administrativos. A forma de gestão se dá através de reuniões esporádicas apenas. O cotidiano administrativo não está presente. A falta de recursos financeiros e de remuneração da cooperativa através da venda de produtos por meio desta, não permite a remuneração da diretoria, o que dificulta ter pessoas tempo integral administrando a COOFELIZ.

As decisões tomadas em assembleias não são respeitadas pela diretoria, sendo promovidas ações desvinculadas do que foi decidido em assembleia. Os sócios estão distantes de processos de decisão e também da cooperativa, pois não estão entregando seus produtos para serem vendidos através da COOFELIZ. Este fato é desdobramento de dois problemas. O primeiro se refere à falta de uma estratégia de venda, pois os sócios vendem seus produtos fora da cooperativa porque esta não consegue garantir que a venda seja realizada, dessa forma, vender individualmente é ter a venda garantida. O segundo problema é a falta de compreensão do funcionamento de uma cooperativa, ou seja, ter uma compreensão que a cooperativa é remunerada com as taxas que são auferidas pela venda dos produtos de seus sócios é o primeiro passo para aproximar os sócios da cooperativa.

Relação com os cooperados

Existe certa distância entre a cooperativa e os cooperados, isso provoca um desconhecimento do que é realmente produzido pelos sócios da cooperativa. A entrega de produtos também não acontece com frequência e padronização. O desconhecimento do estatuto da cooperativa por parte dos sócios provoca uma ausência de critérios para o funcionamento da cooperativa. Ou seja, não se têm definido quais os direitos e deveres dos cooperados. Dessa forma, problemas em pagamentos pelos produtos, taxas cobradas pela operacionalização da cooperativa podem ocorrer por desconhecimento das normas que a cooperativa traz em seu estatuto, bem como a sua finalidade.

Comercialização

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é um dos principais canais de distribuição da cooperativa. O número de sócios que venderam seus produtos

através do PAA é de 22. No entanto, encontram-se dificuldades na operacionalização dos projetos e algumas dificuldades na emissão de notas provocou atrasos no pagamento dos produtos entregues pelos sócios⁵. Esses problemas são reflexos da falta de pessoas responsáveis por papéis específicos na gestão e falta de conhecimento dos procedimentos administrativos, como é o caso dos processos burocráticos para emissão de nota fiscal.

A cooperativa não tem um negócio definido. De acordo com os agricultores envolvidos na oficina, não se tem estratégia de venda de um mix de produtos específicos, ou seja, não se tem definido qual o negócio da cooperativa, apesar do estatuto evidenciar sua finalidade. Sendo assim, ao se falar em diversidade produtiva deve-se pensar em como essa diversidade pode ser transformada em produto, tendo em vista a complexidade que cada produto definido apresenta enquanto cadeia produtiva. Sendo assim, a diversificação da produção torna-se importante na medida em que é comercializada pela cooperativa. No entanto, não definir qual é o seu negócio prejudica o aproveitamento de determinados produtos ou mesmo a segmentação de produtos que já são comercializados, sendo os mercados potenciais pouco explorados.

Recentemente a COOFELIZ teve representação em um encontro do movimento Slow Food⁶ que aconteceu na Itália. Trata-se do 'TERRA MADRE'. Nesse encontro foi divulgado o café e a marca 'Chão Feliz', marca da cooperativa. No entanto, não se tem um trabalho da marca no município. O que se tem são algumas embalagens que trazem o logotipo da marca, que, entretanto, estão subutilizados.⁷

⁵ A cooperativa é responsável pela operacionalização e emissão de notas referentes à entrega feita pelos agricultores. O pagamento, então, vai para o agricultor, mas por intermédio da cooperativa. Um erro na emissão de uma nota fiscal pode significar o atraso do pagamento ao agricultor, como foi o fato acontecido na cooperativa.

⁶ www.slowfoodbrasil.com

⁷ Questões referentes à marca chão feliz não foram levantadas na oficina de coleta de dados do estudo, e sim retiradas de relatórios de intervenção da ITCP junto à COOFELIZ.

Existem outras formas de comercialização desenvolvidas pelos agricultores no município, inclusive sócios da COFFELIZ, mas que não são realizadas pela cooperativa. Tratam-se de vendas diretas aos consumidores. Essa estratégia, entretanto, não foi incorporada pela cooperativa.

Forma de estabelecer preços e estratégias de vendas

Os preços são definidos pelos produtores e não pelo mercado. Não existem estratégias de venda, ou seja, como não se tem um negócio definido pela cooperativa, qualquer produto que é levado ao mercadinho é posto à venda. Algumas idéias estão sendo forjadas no âmbito da cooperativa, como é o caso de oferecer cestas de alimentos direto aos consumidores, no entanto, não foi implementada nenhuma ação referente a essas idéias, não se caracterizando, então, enquanto uma estratégia de venda, pois não foi efetivada.

Organização produtiva

Os principais produtos vendidos no mercadinho são: café, rapadura, feijão, açúcar mascavo. Entretanto, por falta de organização da produção e distanciamento da cooperativa com os sócios, não se encontram esses produtos com freqüência no ponto de venda da cooperativa.

Está sendo implantada uma infra-estrutura para a torrefação do café. No entanto, não se tem uma discussão sobre a qualidade do café, o custo de processamento, embalagem e capacitação para a gestão da torrefadeira. O café é o principal produto dos agricultores/as, mas não é vendido através da cooperativa.

Tendo em vista o grau de especialização da cadeia produtiva do café na Zona da Mata, iniciar um procedimento de processamento seria entrar em um mercado especializado, que exige certas mudanças como: embalagens, estudo de mercado para saber se é mais viável a venda em pó ou em grão, quanto custa torrar. Enfim, uma série de medidas que necessitam ser adotadas, mas que para tanto, exigiria uma gestão eficiente da cooperativa.

Relação institucional – percepção dos agricultores presentes na oficina sobre as relações institucionais da COOFELIZ

A **COOFELIZ** tem relações institucionais com diversas organizações. Entretanto, esse arranjo institucional não está sendo aproveitado, pois alguns problemas existentes na cooperativa são focos de trabalhos de organizações que compõem esse arranjo e, muitas vezes, não existem ações pensadas de forma conjunta que possam incidir sobre esses problemas. As organizações que compõem as relações com a COOFELIZ estão listadas a seguir:

ECOSOL – (Cooperativa de Crédito Solidário) A ECOSOL, através do fornecimento do crédito, promove melhorias nos processos produtivos dos agricultores/as que também são sócios da COOFELIZ. Essa melhoria se dá pela assessoria técnica que é feita pelo técnico contratado pela ECOSOL.

TERAVIDA (Associação dos Terapeutas) – Foca sua atuação na saúde das pessoas e do meio ambiente. É uma organização muito próxima da Cooperativa, porém não tem relação direta com as atividades produtivas. A proximidade se dá na medida em que o objetivo de promoção da agroecologia é o mesmo da COOFELIZ.

STR's – (Sindicatos dos Trabalhadores Rurais) Trabalham com a regularização dos direitos trabalhistas, previdência social, acesso ao PRONAF, agroecologia, formação e capacitação dos agricultores. O STR de Espera Feliz é a organização mais próxima e mais importante para a COOFELIZ, uma vez que a demanda de criação da cooperativa partiu das próprias discussões do sindicato. O STR de Caiana e de Caparaó, estão mais próximos do que o de Alto Caparaó. O STR de Alto Caparaó é mais distante e sem relação, inclusive não existe nenhum sócio da COOFELIZ filiado a este STR. A proximidade do STR de Espera Feliz e COOFELIZ também provoca algumas dificuldades para o desenvolvimento da gestão da cooperativa. O aprendizado desenvolvido durante vinte anos de existência do sindicato não foi desenvolvido para a gestão da cooperativa. Sendo assim, gerir a cooperativa, uma organização complexa e voltada para uma atividade econômica, exige formas diferenciadas de gestão, diversa da forma de gerir um sindicato. Portanto, a parceria é importante na medida em

que se entendem as atribuições específicas de casa instituição, ou seja, quando se tem bem claro quais as atividades são desenvolvidas pelo sindicato, e quais atividades são competência da cooperativa. Por exemplo, não cabe à cooperativa os assuntos previdenciários, e nem ao sindicato a emissão de nota fiscal.

ASIMAF – (Associação Intermunicipal da Agricultura Familiar) É um instrumento de captação de recursos, é o “braço de arrecadação financeira” para a COOFELIZ. Apesar de estar próxima é difícil distinguir qual o papel da ASIMAF, pois todas as atividades desenvolvidas pela associação são vistas como atividades da cooperativa.

Associação de Mulheres – Desenvolve várias atividades como artesanato, cursos, atividade produtivas, mas não possui atividades efetivas com a COOFELIZ. A produção da associação de mulheres não é comercializada através da cooperativa.

PJR – (Pastoral da Juventude Rural) Não está desenvolvendo trabalhos junto à COOFELIZ. A discussão de juventude que está sendo desenvolvida no município não está sendo feita pela PJR, por isso, ela está bem distante da cooperativa. A PJR poderia ser envolvida em trabalhos de mobilização nas comunidades, principalmente em trabalhos de organização produtiva e organização do quadro social.

Mandato Coletivo– Refere-se ao Mandato coletivo do vereador eleito (Milton) pelo Partido dos Trabalhadores, PT, com o apoio da base do STR de Espera Feliz. A proposta de mandato coletivo pode trazer benefícios para as atividades da cooperativa, como a elaboração de projetos produtivos, com apoio da Secretaria de Agricultura ou assistência técnica aos sócios da COOFELIZ. No entanto, há uma distância histórica do poder público no município. Dessa forma, as relações terão que ser construídas, aproveitando as atribuições que competem ao poder público para potencializar as atividades econômicas da cooperativa.

EMATER – o vínculo com a EMATER se dá através da relação próxima com o técnico da instituição, e não através da proximidade da instituição com a Cooperativa. Sendo assim, a EMATER encontra-se distante da cooperativa. Uma

proximidade maior seria interessante para o acesso a algumas políticas específicas, como é o caso do Minas Sem Fome, por exemplo.

CMDRS (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável) – A cooperativa possui sócios que são membros do conselho, entretanto, não se tem uma discussão sobre quais os projetos ou discussões poderiam ser forjadas no âmbito do conselho que contribuiriam para as atividades da cooperativa, portanto, está bem distante da COOFELIZ, apesar de sua importância.

Associação Base Minas ECOSOL – Trabalha com formação através de cursos de capacitação. Alguns projetos foram acessados através da associação, como é o caso do projeto financiado pela SAMARCO. O Técnico agrícola que presta assistência técnica aos sócios da ECOSOL e alguns sócios da COOFELIZ é remunerado pela Associação Base Minas.

CTA – Contribuiu no desenvolvimento da marca Chão Feliz e no desenvolvimento de trabalhos voltados na promoção da agroecologia, que é, estatutariamente, objeto de ação da cooperativa. Destaca-se também o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Local denominado – ELO. Esse plano, de acordo com a sistematização realizada em 2007, foi um dos processos responsáveis pela constituição da COOFELIZ. O CTA tem uma grande capacidade técnica, mas não está tão presente, tem uma relação um pouco distante da COOFELIZ.

Associação Regional – está um pouco distante da cooperativa e necessita de reorganização para contribuir mais nos processos da COOFELIZ.

ITCP/UFV (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares) – Parceiro presente, mas ainda não conseguiu concretizar os trabalhos propostos. A ITCP tem sido o parceiro mais presente em se tratando de assessoria à COOFELIZ.

UFV – A relação com a Universidade pode ser mais bem aproveitada se as demandas da COOFELIZ forem apresentadas de forma consistente.

Propostas do grupo de agricultores/as presentes na oficina para modificar a realidade da COOFELIZ

- Fazer reuniões nas comunidades onde se encontram os cooperados/as, como forma de aproximá-los da cooperativa;
- Definir os papéis de cada entidade. Delimitar o que compete à cooperativa e o que é atribuição de outra entidade parceira da COOFELIZ;
- Realizar cursos de capacitação em cooperativismo e processos administrativos para os membros da cooperativa;
- Criação de núcleos produtivos e organização do quadro social;
- Intercâmbio em outras cooperativas populares.

Apesar das dificuldades encontradas pela COOFELIZ, algumas medidas estão sendo desenvolvidas pelos agricultores/as para mudar esse cenário. No que se refere à assistência técnica, por exemplo, houve um esforço da cooperativa para elaboração de um Projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, chamada de 2008. Esse projeto foi submetido ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, especificamente à Secretaria de Agricultura Familiar – SAF. Tido como aprovado, ocorreu uma mobilização para o credenciamento da ASIMAF enquanto entidade prestadora de ATER (proponente do projeto). Recentemente a associação recebeu uma comunicação do MDA que o projeto não será mais contratado. Apesar disso, o processo de elaboração do projeto gerou um aprendizado que poderá auxiliar para captação de recursos por meio de outros editais.

Cooperativa de Crédito Solidário - ECOSOL Espera Feliz

A Cooperativa de Crédito Solidário – ECOSOL, constituída em 5 de julho de 2003, possui sede no município de Tombos e Postos de Atendimento Cooperativo (PAC) em Espera Feliz, Catuné e Simonésia, totalizando um total de 819 sócios/as. O PAC Espera Feliz possui 253 sócios/as distribuídos nos municípios de Espera Feliz, Caiana, Caparaó e Alto Caparaó e foi constituído em 2006.

Os principais projetos financiados são ligados à produção de hortaliças, piscicultura, produção de mel de abelha, criação de gado e de galinhas caipiras. Porém, esse tipo de serviço financeiro ainda é muito pouco acessado pelos sócios. Faltam aos cooperados mais informação, orientação e divulgação por parte da ECOSOL para expandir o acesso ao crédito para projetos produtivos, principalmente a partir da orientação do técnico agrícola. Em contrapartida, são feitos mais empréstimos, que financiam, por exemplo, a compra de adubos, sementes e outros. Para superar este quadro estão sendo estabelecidas parcerias, principalmente com a prefeitura, para a manutenção de um agente de crédito no município e do técnico agrícola que atualmente trabalha para a ECOSOL com remuneração paga pelo projeto financiado pela SAMARCO.

Para acessar o crédito da ECOSOL o primeiro critério é respeitar o limite estatutário, que define um valor de no máximo 10 vezes o valor da quota-parte.⁹ Ainda, é necessário apresentar um avalista (para empréstimos acima de R\$ 300,00). Para empréstimos até R\$ 500,00 os cooperados precisam também descrever a um diretor da ECOSOL qual investimento será feito. Até R\$ 1000,00 é necessária a aprovação de no mínimo 2 diretores. Para valores de empréstimos acima de R\$ 1.000,00 é obrigatório apresentar projeto de investimento ao comitê de crédito, que irá avaliar em conjunto com o diretor financeiro da cooperativa a pertinência do investimento e, se for o caso, liberar o recurso.

Os principais produtos e serviços são: Poupança Comum (rende 0,7% a.m.); Poupança da Família – incentivar a poupança pelas famílias associadas; Aplicações Financeiras: 30 dias (rende 0,8% a.m.), 60 dias (0,9% a.m.), 90 dias (1% a.m.), 180 dias (1,2% a.m.). Outro produto é a prestação de assistência técnica gratuita aos associados que acessam o crédito na cooperativa viabilizado através do projeto da SAMARCO.

⁹ Cada quota-parte é no valor de R\$ 1,00 (um real), sendo o sócio obrigado a subscrever o mínimo de 100 quotas partes (cem reais). Portanto, o valor máximo de empréstimo é de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Para o ano de 2009 já foi assinado um convênio com o banco popular que estará disponibilizando, via cooperativa, outros serviços, tais como: pagamento de contas e boletos bancários, conta corrente e cartão de crédito, e ainda microcrédito produtivo para empréstimo aos cooperados. Porém, não se tem precisão concreta para início dos novos serviços, mas as expectativas são para início no segundo semestre de 2009.

O serviço mais acessado na cooperativa é o empréstimo. Já foram feitos mais de 300 empréstimos para cooperados (juros de 2.7% a.m.). Os serviços menos acessados dizem respeito aos ligados à poupança, ganhando destaque a poupança família. Os associados poupam pouco, a preferência é por adquirir crédito. Esta questão leva a cooperativa a não atender todas as demandas pelo crédito, pois ela só pode emprestar um montante no máximo igual ao valor de seu capital social. Os empréstimos para mulheres e jovens são oferecidos com juros mais baixos do que para os homens como forma de estímulo à inclusão financeira desses segmentos sociais.

O quadro 3 a seguir, ilustra a evolução do número de sócios, capital social e empréstimos realizados pela ECOSOL Zona da Mata e Leste de Minas, que envolve a Cooperativa Singular em Tombos e os PAC's de Espera Feliz, Catuné e Simonésia.

Quadro 3 – Número de sócios, empréstimo e capital social.

ECOSOL Zona da Mata e Leste de Minas Gerais¹⁰			
	01/01/2008	31/12/2008	Evolução
Número de sócios	661	819	23,9 %
Capital Social (R\$)	77.286,83	106.408,01	37,78 %
R\$ emprestados	114.340,99	248.232,23	117,1 %

Os serviços oferecidos foram propostos pelo próprio sistema ECOSOL, sendo recomendado para todas as singulares. Não foi elaborado nenhum tipo de pesquisa específica do PAC para identificar as principais demandas. Estes tipos

¹⁰ FREITAS *et al* (2009)

de serviços como os oferecidos, já são adotados por outras cooperativas, baseados nos modelos de Cooperativas de Crédito do Rio Grande do Sul e pela central ECOSOL e por isso são oferecidos também em Espera Feliz. O Único produto criado exclusivamente por esta PAC é a poupança família.

De acordo com o diretor entrevistado, a participação dos sócios é muito boa. Os espaços que oportunizam a participação são: reuniões de base (nas comunidades), capacitações oferecidas aos cooperados pela cooperativa e assembleias. Foi relatada ainda pelo diretor a necessidade de se capacitar o cooperado para aumentar a participação. Segundo este, a prioridade da ECOSOL é capacitar os cooperados existentes e não correr atrás de cooperados novos, pois um cooperado consciente e participante atrai novos cooperados, e estes virão de forma natural.

Relações institucionais

A ECOSOL se relaciona diretamente com o STR, COOFELIZ, TERAVIDA, ASIMAF, ECOSOL Araponga, ECOSOL BASE DE APOIO MINAS e CTA-ZM. A ECOSOL já conseguiu ao longo de sua existência diferenciar as funções, o papel de cada organização parceira, e definir-se como uma instituição financeira, diferente e com muitas especificidades em relação às outras. Talvez seja um dos motivos de estar crescendo muito em relação a outras, por exemplo, a COOFELIZ. Não tem como fazer comparações valorativas entre à uma cooperativa de crédito e uma de produção com processos de constituição bem diferentes. Entretanto, alguns elementos podem ser elencados como aprendizagem, como exemplo, o rigor administrativo para conseguir cumprir com as metas do Banco Central provoca esforço administrativo e um rigor no funcionamento dos conselhos que pode ser um dos motivos do bom funcionamento da ECOSOL.

Estratégias para diminuir os riscos

Acompanhamento técnico (assistência aos projetos para garantir a viabilidade); trabalho de base (capacitar, sensibilizar e informar o cooperado); aval solidário (avalizar projetos baseados na solidariedade de vizinhos) e ficha de indicação (só poderá se associar se for indicado por 2 cooperados). Em

relação aos avalistas, estes não podem avalizar mais de 1 sócio. Empréstimos acima de R\$ 300,00 precisam de 1 avalista. Empréstimos acima de R\$ 1000,00 necessitam ser aprovados pelo comitê de crédito (segundo o entrevistado, este comitê que é responsável por liberar os empréstimos não está atuando de forma positiva, e está “deixando a desejar”, faltando a ele se reunir mais).

Critério para ser sócio da ECOSOL

Podem ser sócios da ECOSOL pessoas físicas que na sua área de ação, desenvolvam preponderantemente atividade rural em regime de economia familiar¹¹, não estarem com o nome comprometido em agências de proteção ao crédito (SPC e CERASA), e ser indicado por um associado ativo. De acordo com o diretor entrevistado, não existe restrições em associar-se à Cooperativa quanto à forma de produção ou a utilização de agrotóxicos. A assessoria técnica da ECOSOL visa também ajudar a converter a forma de produção e diminuir a incidência de veneno nas lavouras, pois a ECOSOL preza pelos princípios da agroecologia.

De acordo com informações do diretor do PAC de Espera Feliz, os cooperados da ECOSOL são todos agricultores familiares, em sua maioria parceiros e meeiros com em média 2 alqueires a propriedade. A maioria dos sócios é associado à outra organização, destacando o STR e a COOFELIZ. Mas alguns não estão ligados a nenhuma organização.

Critérios para acessar o crédito

O primeiro critério é respeitar o limite estatutário, que define um valor de no máximo 10 vezes o valor da quota-parte¹². (R\$ 1.000,00). Ainda, precisa apresentar um avalista (para empréstimos acima de R\$ 300,00). Os cooperados precisam também, descrever qual investimento será feito à ECOSOL, ou apresentar projeto de investimento ao comitê de crédito, este para projetos acima de R\$ 1.000,00.

¹¹ Extraído do estatuto da ECOSOL.

¹² O Capital Social é dividido em quotas-partes de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo o associado obrigado, ao ingressar na cooperativa, a subscrever, no mínimo, 100 (cem) quotas partes.

Foi relatado ainda que a cooperativa começa emprestando um valor pequeno a novos cooperados, e à medida que vai adquirindo confiança aumenta-se o valor do empréstimo. Isso tudo para ver a capacidade de pagamento.

Aspectos relacionados à gestão da ECOSOL

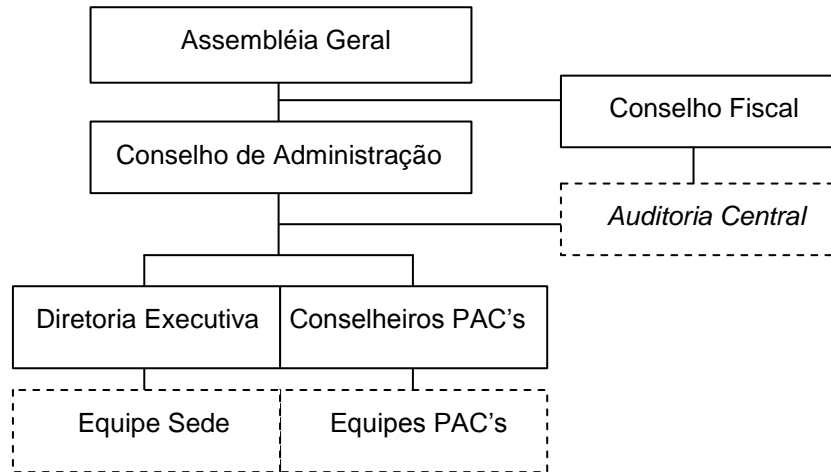
A gestão do PAC é feita pelo diretor geral e pelo diretor financeiro, auxiliados pela funcionária da cooperativa. Eles vão à cooperativa para acompanhar os empréstimos e outras atividades e ambos têm o mesmo grau de autonomia nas decisões. As responsabilidades da ECOSOL são divididas entre estes dois diretores. As decisões que precisam ser tomadas em caráter de urgência são tomadas por quem estiver presente na ECOSOL¹³. Existe também o conselho fiscal da ECOSOL, que é bem atuante e exerce papel fundamental na fiscalização. De acordo com o diretor entrevistado, a funcionária ajuda muito nos processos internos e, quando os diretores não sabem o que fazer qual decisão tomar, é ela quem decide e auxilia. Vale destacar também a grande ajuda do contador para auxiliar em algumas demandas da gestão.

De acordo com o entrevistado, falta capacitação para profissionalizar a atuação dos diretores e qualificar as decisões. Precisa-se de mais conhecimento e experiência para melhorar a atuação da ECOSOL. A seguir a estrutura organizacional da ECOSOL¹⁴:

¹³ Decisões referentes ao cotidiano administrativo, pois decisões referentes a produtos e serviços, bem como valor de juros cobrados são feitas em assembléia geral.

¹⁴ Essa estrutura organizacional refere-se à cooperativa singular, na qual estão vinculados os PAC's.

Figura 2 – Estrutura Administrativa da ECOSOL.



Dificuldades

Uma das principais dificuldades apontadas pelo diretor foi a falta de recursos para serem emprestados (o montante disponível é menos que a demanda dos cooperados). Falta de capacitação e formação dos cooperados e da diretoria e a necessidade de remuneração dos diretores. A ECOSOL também necessita incluir mais pessoas na gestão da cooperativa (divisão de tarefas) para operacionalizar os processos administrativos.

5.2. Divino

No município de Divino existem alguns grupos produtivos, como é o caso do Grupo de Mulheres que trabalha com fabricação de doces e a Associação dos Pequenos Produtores e Produtoras Rurais de Divino. Esses grupos foram diagnosticados em uma oficina em que foi utilizada a técnica do grupo focal. Estavam presentes cerca de 8 pessoas na oficina. Todos os presentes eram sócios/as da Associação, e sócios/as do STR. Também havia no conjunto de pessoas envolvidas no grupo focal, uma mulher representante do grupo de mulheres, denominado aqui de "Fabriqueta de Doce". A seguir, as descrições feitas a partir da oficina.

Figura 3 – Marca "Dom Divino"



Associação dos Pequenos Produtores e Produtoras Rurais de Divino

A associação abarca cerca de 60 sócios/as, mas depende de recursos do STR para seu funcionamento, pois não possui recursos financeiros para manter sua estrutura. Além dos 60 sócios/as, outras pessoas são envolvidas em suas atividades. No que se refere à gestão, de acordo com os agricultores/as não é feito um planejamento que defina estratégias a serem executadas ao longo do ano, bem como há uma indefinição de funções dentro da própria associação. Tentou-se realizar um mapeamento do que é produzido para se fazer uma organização produtiva, mas não foi efetivado.

A associação possui uma marca “Dom Divino”, mas as embalagens não estão sendo utilizadas, e nem a marca trabalhada no município atualmente, mas já se realizou esse tipo de trabalho junto aos mercadinhos em 2005¹⁵. Em relação à comercialização, existe uma estrutura onde funciona um mercado solidário. Entretanto, a venda de alguns sócios/as é feita individualmente na feira livre da cidade. O mercadinho está com um mix muito restrito de produtos. Em 2004¹⁶ realizou-se um planejamento do mercadinho de Divino, em que foram estabelecidos os seguintes produtos a serem vendidos:

Quadro 4 – Produtos disponíveis a venda em 2004 no mercado de Divino

Gordura de porco	Brócolis
Batata	Couve-flor
Frango caipira e caipirão	Peixes
Goiaba	Bolo
Tomate	Pimentão
Leite	Almeirão
Iogurte	Quiabo
Repolho	Mudas (flores e árvores)
Jiló	Rações alternativas
Broa de amendoim	Cortina

Entretanto, não é essa a realidade do mercadinho atualmente, pois nem 30% dos produtos descritos acima são encontrados para consumo no ponto de venda da associação. Cabe ressaltar que os agricultores/as que são associados/as produzem esse conjunto de produtos supramencionados, mas o canal de distribuição mais utilizado são as feiras, e não o ponto de venda da associação. Portanto, rever os canais de distribuição e aproveitar os canais que estão subutilizados ou utilizados de forma individual é uma estratégia que pode

¹⁵ Caravana dos mercadinhos realizado pelo CTA-ZM.

¹⁶ Relatório de Atividade de Planejamento do Mercado de Divino elaborado pelo CTA-ZM.

ser adotada pela Associação dos Pequenos Produtores e Produtoras Rurais de Divino.

Outro canal de comercialização que está sendo pleiteado pela associação é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que está em fase de elaboração, não foi executado nenhum projeto do PAA no município. O projeto envolve 23 famílias, sendo que apenas 16 estão em condições de entregar o que foi estabelecido no projeto. Uma dificuldade encontrada pela associação durante a elaboração do projeto foi a articulação necessária dos agricultores para definição de quais produtos seriam entregues nas escolas.

O projeto vai ser operacionalizado pela associação. Até então, a liberação da Inscrição Estadual para emissão de nota fiscal ainda não tinha sido efetivada. A elaboração do projeto estava sendo realizada por um agente externo sem o acompanhamento de outras pessoas da associação. Dessa forma, o processo de elaboração do projeto não gerou aprendizado necessário para que os próprios agricultores/as operacionalizem os procedimentos burocráticos necessários para a sua execução. Uma alternativa é a aproximação com entidades que já estão executando o projeto, como é o caso de Espera Feliz, ou que já executaram um projeto e podem contribuir com os municípios que estão iniciando seus projetos.

A remuneração da associação se dá da seguinte forma: produtos perecíveis – 20%, não perecível – 10%. Os preços de venda são estabelecidos de acordo com os preços de mercado. Foi discutida uma estratégia de venda que se daria após levantamento de produtos e criação de cestas básicas a serem vendidas diretamente nas casas. Entretanto não foi executada.

Em 2005 elaborou-se uma avaliação da Associação¹⁷ em que elementos como falta de participação, fragilidade na gestão, falta de recursos financeiros e falta de capital de giro foram elencados. Após quatro anos, os problemas são similares. Pode-se, inferir, então, que as estratégias utilizadas pela associação devem ser repensadas e as formas de intervenção junto a esses grupos não

¹⁷ Relatórios de Atividades desenvolvidas em Divino pelo CTA-ZM.

estão proporcionando o aprendizado necessário para a superação desses problemas.¹⁸

Já em relação à fabriqueta de doces, são 12 famílias envolvidas. Foram recebidos como doação equipamentos para o processamento dos doces, mas ainda não está em funcionamento, pois é necessário construir uma infraestrutura (prédio) para abrigar os equipamentos. De acordo com a representante do grupo de mulheres, a construção do prédio já está em andamento. Grande parte da produção é vendida na feira, mas existem outros canais de comercialização, tais como as casas de família e asilo.

Relação Institucional

A análise da relação institucional aqui se refere aos grupos produtivos do município, quais sejam os agricultores/as agroecológicos/as, a comissão de mulheres, as mulheres que produzem doces e os sócios/as da associação dos pequenos produtores. Trata-se do grupo que estava presente na oficina, mas as análises feitas referem-se às instituições existentes e os agricultores e agricultoras, ou seja, tentou-se identificar quais as relações estabelecidas entre as instituições e os agricultores. Optou-se por fazer a relação institucional com os grupos por estarem presentes apenas alguns membros de cada organização, o que dificultava a fidedignidade do Diagrama de Veen enquanto método de coleta de dados, sendo escolhido como foco, portanto, os agricultores. As entidades listadas e que exercem relação com os grupos, a seguir:

STR – está bem próximo do grupo de produtores, pois através dele foi feita a mobilização para a constituição do Posto de Atendimento Cooperativo (PAC) da ECOSOL em Divino, além de ser uma fonte de informações para os agricultores e um canalizador de projetos e políticas públicas.

PJR – Promove formação de consciência ecológica, além de promover articulação nas comunidades, como foi o caso da articulação para elaboração do projeto da CONAB, e tem como principal desafio o envolvimento de mais jovens nas entidades do município.

¹⁸ As ações propositivas serão apresentadas no tópico final desse estudo

Associação dos Pequenos Produtores e Produtoras Rurais de Divino – a associação é vista como o mercadinho, não sendo claro para os agricultores/as a sua real função no município, bem como quais as atividades desenvolvidas por ela.

Conselhos comunitários – Os conselhos comunitários são pouco aproveitados, por isso estão um pouco distantes, mas poderiam ser utilizados como mediadores entre os agricultores e as outras entidades, ou mesmo como componentes mobilizadores de alguma atividade produtiva. O STR, por exemplo, poderia iniciar seus trabalhos de mobilização através dos conselhos comunitários.

CMDRS – Alguns projetos que foram aprovados, como a casa do artesão, por exemplo, passou pelo conselho. Está distante, mas é importante para as atividades produtivas do município.

CTA – O CTA está bem próximo, mas foi destacada a importância para o movimento sindical, e não para a atividade produtiva dos grupos, uma vez que as intervenções do CTA, atualmente, não se dão diretamente aos agricultores/as ou entidades produtivas desenvolvidas por eles.

Associação Regional - está distante e um pouco desorganizada. É necessário um trabalho de re-organização da associação para depois aproximá-la das outras entidades.

Políticas Públicas

PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar. É importante quando o crédito acessado vincula-se a processos produtivos, entretanto nem sempre isso acontece.

Crédito fundiário – gera autonomia ao agricultor, uma vez que a partir do acesso ao crédito é possível tornar-se proprietário e desenvolver manejos sustentáveis nas lavouras. Não foi levantado o número de acesso ao crédito fundiário no município, mas apenas destacada a sua importância.

Política Territorial – ainda não se tem um entendimento amplo da política territorial, dessa forma não se aproveita melhor dessa política. As reuniões do Território, no entanto, se dão em torno de projetos, e não de uma política de desenvolvimento junto com outras entidades. Está bem distante do grupo de produtores/as.

Propostas sugeridas pelos agricultores presentes na oficina para mudar a realidade

- Estabelecer redes de comercialização e organização da associação e da produção;
- Trabalhar melhor a marca “DOM DIVINO”, pois as embalagens não são aproveitadas e a marca não é utilizada;
- Desenvolver processos de organização produtiva junto às comunidades, aproveitando o potencial de mobilização da PJR e a estrutura institucional dos conselhos comunitários;
- Definir melhor as distinções entre a gestão do sindicato e a gestão de uma atividade econômica;
- Estabelecer processos educativos com caráter de longo prazo e a nível comunitário;
- Aproveitar mais os jovens que são formados pela PJR e pelo STR no desenvolvimento de atividades da Associação;
- Pensar estratégias conjuntas e definir responsabilidades para cada entidade.

5.3. Araponga

O município de Araponga possui uma diversidade de atividades que vão desde artesanato de palha de café, até produção de café orgânico. Dentre os municípios analisados, destaca-se por possuir a Escola Família Agrícola Puris – EFA, o que não se encontra na realidade de Divino e Espera Feliz. A investigação das atividades de economia solidária no município se deu através de entrevistas junto à Cooperativa de Crédito Solidário, Associação dos Agricultores Familiares - AFA, Centro de Pesquisa e Promoção Cultural – CEPEC, Comissão de Mulheres e Grupo de Café Orgânico. As entrevistas foram feitas com um representante de cada entidade.

Figura 4 – Marca "Pedra Redonda"



Grupo de Mulheres que Produzem Artesanato de Palha de Café

O grupo se constituiu a partir de cursos mediados pelo CEPEC, ministrados em Divino e Araponga. Em Araponga foram 13 mulheres envolvidas nos cursos. Destas, 6 mulheres constituem o grupo atualmente. O grupo não está formalizado, o que diminui custos e facilita a gestão, no entanto, pode ser um entrave no caso de ampliação de mercados ou de acesso a algumas políticas. A renda gerada a partir da atividade é de R\$ 1.000,00 para cada 120 peças produzidas. As peças são comercializadas na casa de cultura do município, em pousadas e também em feiras e encontros em outros estados (como é o

caso da Feira Nacional de Agricultura Familiar, que ocorreu no Rio de Janeiro em novembro de 2008). Os produtos são peças utilitárias, como ilustra a foto a seguir:

Foto 2 – Peças utilitárias feitas de palha de café expostas na Casa de Cultura



A segmentação do produto, ou seja, a variedade de utensílios produzidos a partir do mesmo processo, e a qualidade das peças são um diferencial para a venda, além de trazer um valor intrínseco pela identidade cultural que possuem os produtos, por ser o café da região considerado um dos melhores do país. A exploração da identidade do produto e a segmentação são ferramentas pouco exploradas em outros municípios ou outras atividades de economia solidária analisadas nesse estudo.

Está se pensando em aumentar ainda mais a segmentação de produtos provenientes do café. Além da palha, a madeira do café também está sendo estudada como uma possibilidade para uso no artesanato. Um intercâmbio entre as mulheres e a elaboração de cursos sobre a confecção do artesanato de palha

de café poderia potencializar as atividades de artesanato em Araponga, e ao mesmo tempo proporcionar geração de renda para as famílias.

Associação dos Agricultores Familiares de Araponga – AFA

A associação foi criada para atender uma demanda de compra coletiva de insumos e promover a comercialização coletiva da diversidade produzida pelos agricultores/as familiares. A AFA possui um equipamento de beneficiamento mínimo do café (descascadora volante, montada sobre um caminhão), proveniente de recursos do Território da Serra do Brigadeiro.

Aspectos relacionados à Gestão

São feitas poucas reuniões da diretoria, uma por ano. As pessoas se reúnem para outras atividades, mas não se reúnem enquanto AFA para elaborarem estratégias de ação para o município durante todo o ano. Segundo entrevistas, falta discutir a organização da produção, tendo em vista que não se sabe o que é produzido pelos agricultores sócios da AFA. A associação está trabalhando atendendo a demandas. Não está sendo feito um planejamento das atividades e nem articulação com outras entidades na construção de estratégias conjuntas.

Comercialização

Os sócios/as comercializam através do mercadinho. É cobrada uma taxa de 20% para cada produto vendido para a manutenção do mercadinho. São vendidos apenas produtos agroecológicos no ponto de venda da associação. Esse fato é importante na medida em que os consumidores valorizam os produtos por não possuírem agrotóxicos e pela forma de manejo que são cultivados. Alguns produtos são embalados com a marca “Pedra Redonda”, entretanto não há embalagens suficientes para todos os produtos, e apenas são embalados produtos vendidos em sacos de 1 kg. As embalagens poderiam ser mais utilizadas por trazer à identidade do produto, assim, a exploração e ampliação de outros mercados consumidores poderiam ser desenvolvidas. Na embalagem também pode-se valorizar o processo produtivo, a agroecologia e as relações econômicas baseadas na solidariedade.

Os produtos mais vendidos são fubá, pó de café, mel, ovos, sabonete e verduras. No início não havia um funcionamento efetivo do mercadinho, isso provocava uma instabilidade nas vendas dos produtos. No entanto, após iniciar com horários fixos e efetivamente, a manutenção do mercadinho está garantida através de suas vendas.

Relações institucionais e parcerias

Existe uma distância entre as instituições, apesar de parceiras, não estão consolidando ações conjuntas. As entidades de apoio e assessoria, como é o caso do CTA, estão distantes dos trabalhos de campo, do acompanhamento de algumas atividades produtivas que antes acompanhava.

Comissão de Mulheres

A Comissão de Mulheres é um grupo informal composto por 18 mulheres que se organizam em reuniões nas comunidades para exercerem atividades produtivas, como a fabricação de sabonetes e pomadas feitas com ervas medicinais. Nestes encontros é feito o planejamento das atividades.

Produtos

Os principais produtos são o “Sabonete Natural de Ervas” e a “Pomada Milagrosa”. A comissão adquiriu um equipamento para torrar o café, mas ainda está iniciando a discussão sobre o processamento. Ainda não foi realizado um estudo para saber quais os custos para a torrefação do café, e nem um estudo de mercado consumidor para o pó de café a ser torrado, além de não ter sido estabelecido uma discussão acerca da gestão do equipamento.

Comercialização

O sabonete e a pomada são vendidos no mercadinho da AFA, para o CTA e para algumas pessoas de São Paulo também adquirem o produto. Toda a produção é vendida sem grandes problemas. Tem uma boa aceitação no mercado. De acordo com as mulheres, os produtos possuem embalagem, e uma boa qualidade e padronização. O preço é estipulado após o cálculo dos custos do processo produtivo. De acordo com as mulheres da comissão, algumas medidas

poderiam melhorar ainda mais a situação do grupo, tais como a criação de uma embalagem que trouxesse a identidade do produto e melhorias no processo produtivo. De acordo com as mulheres, a comercialização não é um entrave, desde que se tenha um produto de qualidade à disposição do mercado consumidor.

Relação institucional

Não existe vínculo produtivo da comissão de mulheres com outros grupos produtivos de outros municípios, por exemplo, como a associação de mulheres de Espera Feliz. Uma troca de experiência entre esses dois grupos poderia ampliar o mercado tanto da comissão de mulheres de Araponga quanto da associação de mulheres de Espera Feliz, pois ambos produzem produtos diferentes, mas de boa aceitação pelos consumidores.

A qualidade e padronização dos produtos se devem a cursos realizados pelas mulheres por intermédio do CTA, no SENAR e SEBRAE.

Cooperativa de Crédito Solidário - ECOSOL Araponga

A ECOSOL possui 328 sócios/as. Seus principais financiamentos são para compra de insumos, no período de manejo das culturas e na época da colheita. A cooperativa também possui algumas linhas de crédito voltadas para melhoria das atividades produtivas, como é o caso da construção de terreiros. Dentre os principais produtos e serviços está a poupança e a aplicação.

Não possui técnico próprio, mas como tem parceria com CTA, EFA, STR e AFA. A assistência é feita pelo técnico do CTA, no entanto, é fragilizada por atender a demandas que estão além dos sócios da cooperativa.

Uma forma de diminuir seus riscos é através do aval solidário, ou seja, os próprios sócios avalizam entre si a movimentação do dinheiro. Outra estratégia é através de programas de educação cooperativista, no entanto, ainda existe carência em se trabalhar nessa temática.

A gestão é feita através da diretoria, conselho fiscal e comitê gestor de crédito. Caso o valor emprestado seja alto, o comitê avalia o empréstimo. Nesse

comitê estão presentes duas pessoas vinculadas ao STR. Na estrutura administrativa da ECOSOL¹⁹ aparece o agente comunitário de crédito, no entanto não existe uma pessoa que desenvolva essa função na cooperativa. Em relação ao número de empréstimos, capital social e número de sócios, o quadro 5²⁰, a seguir, apresenta essa relação.

Quadro 5 - Número de sócios, empréstimos e capital social ECOSOL

ECOSOL Araponga			
	01/01/2008	31/12/2008	Evolução
Número de sócios	230	315	36,95 %
Capital Social (R\$)	30.300,00	46.309,31	52,84 %
R\$ emprestados	114.632,56	139.945,37	22,08 %

Apesar do capital social, bem como o número de sócios terem uma evolução significativa no período de um ano, de acordo com o coordenador da cooperativa, as exigências do Banco Central para o final de 2009 é que a cooperativa alcance um capital social de R\$ 60.000, 00. A principal dificuldade da cooperativa para atingir essas metas, de acordo com o coordenador entrevistado, é desenvolver trabalhos de capacitação junto aos associados sobre o funcionamento e a importância do cooperativismo, promovendo dessa forma uma aproximação do sócio junto à cooperativa, e por conseguinte, através da movimentação financeira, melhorar os rendimentos da ECOSOL.

EFA – Escola Família Agrícola Puris – Araponga

A Escola Família Agrícola tem em seus planos de estudos temas como organização da produção, comercialização, entre outros voltados para a realidade da agricultura familiar. No entanto, por não ter sido formada nenhuma turma, o que tem sido feito é uma introdução à economia solidária. Há jovens

¹⁹ A estrutura administrativa da ECOSOL de Araponga é semelhante à da ECOSOL de Tombos, já descrita nesse documento na figura 1, pág. 28.

²⁰ FREITAS et al (2009)

na EFA que já estão se inserindo nos grupos de café orgânico, a partir da discussão que tem sido feita na escola.

Além dos temas estudados e dos projetos produtivos desenvolvidos na EFA, outra forma de vínculo que pode potencializar as atividades de economia solidária no município é o vínculo institucional entre a Escola e as organizações locais que desenvolvem alguma atividade produtiva. Por exemplo, os alunos da EFA realizam estágios na ECOSOL em Araponga. Entretanto, o funcionário da cooperativa diz não ter trabalho para o estudante desenvolver, ao mesmo tempo em que assume não ter assistência técnica da cooperativa aos cooperados/as.

CEPEC – Centro de Pesquisa e Promoção Cultural

O CEPEC foi criado com o objetivo de resgatar a cultura Puri e despertar os grupos para as atividades culturais da região. Tendo uma visão da cultura voltada para o desenvolvimento, o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) tem como um dos eixos prioritários a cultura.

Dentre os principais projetos desenvolvidos, está a construção da casa de cultura de Araponga, um calendário festivo e um inventário popular; atividades de turismo; estruturação dos grupos folclóricos, entre outros. A identidade cultural talvez seja uma característica mais forte no Território da Serra do Brigadeiro. Vincular essa identidade a processos que possibilitem a valorização dos produtos agroecológicos e de economia solidária é uma medida importante no processo de geração de renda.

Para tanto, é necessário que haja relação entre os trabalhos de cultura desenvolvidos pelo CEPEC com as ações desenvolvidas por outras organizações locais. Entretanto não estão sendo realizadas ações conjuntas e projetos comuns entre as organizações.

Grupo Café Orgânico

O grupo iniciou com 20 pessoas, no entanto diminuiu para 8 pessoas, devido a alguns fatores, tais como a dificuldade de manejo de uma lavoura

orgânica, a aquisição de insumos, pois nem todos produzem os insumos orgânicos necessários para a produção, e a dificuldade de venda quando não se está organizado.

Em entrevista com um agricultor orgânico, uma das dificuldades apontada foi a manutenção da lavoura devido ao difícil manejo que o café orgânico apresenta, além de ter elevados custos na aquisição de insumos, caso não consiga produzir os adubos na própria propriedade, como é o caso do agricultor em questão. Outro ponto levantado por ele foi a forma de pagamento pelo café.

Propostas elaboradas a partir das entrevistas para modificar a realidade dos empreendimentos em Araponga.

- Tem que trabalhar a importância da cooperativa de crédito e do cooperativismo junto aos agricultores/as;
- Estabelecer estratégias conjuntas entre as organizações, definir bem o que é atribuição de cada entidade. Ter uma pessoa que faça uma “costura” institucional;
- A organização da produção é prioridade. Aumentar a produtividade, ou coordenar grupos que produzem, mas não comercializam;
- Elaborar projetos que sejam voltados para a geração de renda, para os processos produtivos dos agricultores/as.

6. A Política Territorial e a Economia Solidária

A abordagem territorial tem sido utilizada para o planejamento de políticas públicas e orientação de ações voltadas para o desenvolvimento rural. O objetivo é integrar diversas dimensões do desenvolvimento, sejam elas econômicas, socioculturais, político institucionais e ambientais, com enfoque em agentes, atores sociais, mercados e políticas públicas que incidam sobre esses espaços. Como forma de operacionalizar essa abordagem, o governo federal criou em 2003, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Programa Nacional de Desenvolvimento Territórios Rurais – PRONAT, tendo como foco a Agricultura Familiar. Para operacionalizar e coordenar o programa, foi criada a SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial²¹.

O Território Rural da Serra do Brigadeiro, homologado pelo CEDRS e pela SDT em 2003, está localizado na região da Zona da Mata de Minas Gerais. É composto por nove municípios: Araponga, Divino, Ervália, Fervedouro, Miradouro, Muriaé, Pedra Bonita, Rosário da Limeira e Sericita.

Essa política apresenta relação direta com a economia solidária. O objetivo central é o desenvolvimento rural sustentável, e principal estratégia é o fortalecimento de atividades econômicas desenvolvidas na agricultura familiar. A principal ação do programa é o apoio financeiro para projetos de investimento e de custeio, cabendo aos territórios a definição de quais projetos devam ser apoiados. O valor anual disponibilizado é de R\$ 600.000,00 sendo parte para investimentos e parte para projetos de custeio.

No entanto, nem toda infra-estrutura constituída está em funcionamento, como demonstra o quadro 6, a seguir:

²¹ www.mda.gov.br/sdt

Quadro 6 – Investimentos Territoriais em Divino e Araponga entre 2004-2007*

Local	Investimento	Situação
Araponga	Aquisição de beneficiadora volante de café (caminhão e maquinário)	Parado
	Construção da Casa da Cultura	Em uso
	Construção do prédio para funcionamento da ECOSOL	Em uso
	Aquisição de veículos para a EFA Puris (1 kombi, 1 gol, 1 moto)	Em uso
	Construção do prédio para funcionamento da EFA Puris	Em uso
	Aquisição de móveis e equipamentos para a ECOSOL (cofre, computador, registradora etc.)	Em uso
	Equipamentos da Casa da Cultura (móveis, computadores, projetor, som etc.)	Em uso
	Aquisição de veículo para o CEPEC (1 caminhonete 4x4)	Em uso
Divino	Aquisição de equipamentos para a Cooperativa ECOSOL (cofre, computador, registradora etc.)	parado
	Construção do prédio para funcionamento de um "Barracão de Comercialização"	parado
	Construção de um galpão para beneficiamento e armazenagem de café	parado
	Aquisição de equipamentos para armazenagem e classificação de café	parado
	Construção do prédio para funcionamento da "Casa do Artesão"	parado
	Aquisição de equipamentos para apoio à comercialização	parado

Fonte: Secretaria do Território 2008.

*Foram excluídos deste quadro os investimentos adquiridos pelas prefeituras de Araponga e Divino destinados às organizações de atuação regional (Associação Regional, CEIFAR, CTA, EPAMIG e Secretaria do Território).

Outros municípios do Território também receberam aporte de projetos para apoio à comercialização e agregação de valor, e a situação é semelhante ao quadro acima, com grande parte dos projetos sem efetividade.

Em relação aos projetos de custeio, os recursos acessados pelo Território foram muito inferiores aos montantes dos projetos de investimento, pois

durante vários anos a SDT não disponibilizou o acesso ao custeio. Os projetos que foram contratados pelas organizações de alcance regional estão listados no quadro 7:

Quadro 7 – Projetos de Custeio no Território entre 2004-2007*

Proponente	Ação
Associação Regional	Realização de intercâmbios entre agricultores/as para visitar experiências agroecológicas;
CEIFAR	Mobilização das comunidades contra a mineração de bauxita; Oficinas de associativismo e cooperativismo;
CEPEC	Inventário das atividades culturais nos municípios do Território;
CTA	Realização do diagnóstico e elaboração do PTDRS;
EMATER	Capacitação dos CMDRS; Elaboração dos planos territoriais de educação ambiental e de turismo
EPAMIG	Monitoramento e avaliação dos projetos; Oficinas de capacitação para agricultoras sobre confecção de artesanato de palha de café

Há uma intenção de utilizar os recursos territoriais de forma a fortalecer a economia solidária. Entretanto, a efetividade destas ações é questionável.

7. Considerações finais e Ações propositivas

Tendo em vista o cenário apresentado pelos empreendimentos de economia solidária investigados, pretende-se elaborar algumas propostas de intervenção junto a esses empreendimentos como forma de potencializar essas atividades e integrar algumas ações que estão sendo desenvolvidas de forma desarticulada. Sendo assim, as ações aqui propostas objetivam incitar o debate e a reflexão sobre a economia solidária na Zona da Mata mineira.

Percebe-se que é necessário trabalhar conceitos básicos para a formação em autogestão e Economia Solidária. Realizar capacitações em associativismo e cooperativismo. Evidenciar a importância do planejamento como base para o desenvolvimento das atividades econômicas. Investir na formação dos agricultores/as, sobretudo no âmbito da gestão dos empreendimentos, para o desenvolvimento e uso de ferramentas que possam auxiliar a gestão do negócio e da produção. Sensibilizar sobre a importância do conhecimento por parte dos agricultores/as, de documentos fundamentais: estatuto social, regimento interno, livros de registro financeiros, dentre outros.

Aprofundar os conhecimentos sobre dados e informações de cada município e região: a produção em cada local, os serviços prestados, as ferramentas que podem auxiliar ou melhorar esses produtos e serviços, as carências dos mercados em termos de produtos e serviços.

Evidenciar que a racionalidade de uma organização cooperativa possui determinadas peculiaridades que exigem, por parte dos agricultores, conhecimentos acerca de processos administrativos, financeiros e econômicos. O conhecimento dessas particularidades é essencial para o desenvolvimento da autogestão dos empreendimentos solidários.

Estabelecer qual o negócio em si, a partir das vocações de cada local. Implica em conhecer o mercado, as cadeias produtivas, as redes articuladas e outros itens semelhantes. A definição do negócio vem acompanhada da elaboração de um plano de negócio. Não se trata de restringir a diversidade produzida pela agroecologia a um único produto, mas estabelecer a diversidade

produtiva como negócio, ou seja, promover a geração de renda a partir da diversidade e, conseqüentemente, criar condições para o processo de transição agroecológica.

As organizações econômicas investigadas emergiram no âmbito dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Os sindicatos, portanto, possuem uma importância histórica frente a esses empreendimentos. No entanto, a gestão de uma associação e / ou cooperativa é muito diferente da prática sindicalista, e exige responsabilidades diferenciadas. A separação entre a gestão das cooperativas e associações, da gestão do sindicato, é ainda um grande desafio a ser alcançado. O processo de aprendizagem sobre a gestão de empreendimentos econômicos está sendo iniciado nos municípios em questão. Quando se tornar realidade, será uma forma de potencializar os processos de intervenção e a construção de processos educativos voltados para transição agroecológica. Com certeza, os sindicatos ficariam também menos sobrecarregados e seriam parceiros na mobilização social para tais processos.

Agregar valor aos produtos da agricultura familiar através da valorização da identidade cultural e da forma sustentável que são produzidos. Os municípios em questão já possuem marcas que identificam as características e peculiaridades da produção agroecológica. O Território da Serra do Brigadeiro definiu claramente em seus eixos estratégicos a proximidade entre a valorização da cultura local desta região e o desenvolvimento da agricultura familiar. Entretanto, as iniciativas neste sentido são raras. Os canais de distribuição onde são utilizadas as marcas desenvolvidas para os três municípios são escassos. O uso de outros canais de distribuição, como é o caso das feiras, pode ser uma estratégia que amplie a visibilidade da marca.

Elaborar um planejamento da comercialização junto aos empreendimentos. Para tanto, seria necessária uma organização da produção junto aos empreendimentos que evidenciasse a capacidade produtiva. Analisar o mercado consumidor nos municípios a fim de se criar um mercado solidário é uma premissa para tal organização. Mercado solidário aqui assume o sentido de relações sociais de troca.

Em 2005 foi realizado um Intercâmbio entre os Mercadinhos da Agricultura Familiar dos municípios de Araponga, Divino, Espera Feliz e Simonésia²², em que se constataram dificuldades em lidar com questões jurídicas referentes ao funcionamento das associações; falta de planejamento e organização da produção e estratégias de marketing. Dos mercadinhos analisados, todos estavam funcionando com apoio dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos respectivos municípios. Sem tal apoio, haveria dificuldade de funcionamento dos mercadinhos. Atualmente a situação não é muito diferente e estes problemas não foram superados. Alguns possuem poucos produtos e outros chegaram a decidir fechar as portas em 2008, como foi o caso de Espera Feliz.

Frente a esse cenário fica a questão de como aproveitar outros canais de distribuição como estratégia de comercialização. O conceito de canal de distribuição está inserido em um contexto mais amplo que é o de marketing, ou seja, a execução, por uma organização qualquer, de todas as atividades necessárias para criar, promover e distribuir produtos que estejam de acordo com a demanda atual e potencial e com sua capacidade de produção.

As feiras livres e os mercados institucionais poderiam ser mais utilizados pelos empreendimentos de economia solidária.

Falta assessoria na elaboração dos projetos para o PAA, bem como acompanhamento na organização do processo produtivo para o acesso dos agricultores/as a esses mercados específicos. No caso das Feiras Livres, alguns agricultores/as já vendem seus produtos nesse canal de distribuição, entretanto, não se tem uma estratégia das associações em aproveitar esse canal como forma de fortalecer as marcas, a identidade dos produtos e os cultivos agroecológicos. É necessário realizar uma discussão ampla sobre planejamento da comercialização, aproveitar as atividades que já existem (como os pontos de vendas, as feiras), e coordenar atividades que estão acontecendo, porém de

²² Relatório de Atividades Elaborado pelo CTA-ZM.

forma desorientada (por exemplo a elaboração dos projetos para acessar o PAA).

Para que as ações sejam desenvolvidas em um contexto de mudança institucional, são necessárias algumas modificações no lócus da intervenção. A primeira delas seria voltar as intervenções diretamente para os grupos produtivos, agricultores/as da base das associações e / ou cooperativas, ou seja, estabelecer processos educativos direcionados às pessoas envolvidas com essas atividades produtivas.

O conteúdo dos processos educativos deve ser sobre a atividade econômica desenvolvida, ou seja, desde questões administrativas, ferramentas gerenciais, até o desenvolvimento de estratégias de vendas e elaboração de um planejamento de comercialização. Portanto, o desafio seria desenvolver atividades pedagógicas que alcançassem resultados práticos, no que se refere também à eficiência dos empreendimentos na qualificação dos produtos, na capacitação técnica dos trabalhadores/as e na expansão do consumo solidário.

O arranjo institucional em que se encontram esses empreendimentos precisa ser articulado, melhor aproveitado, com vistas a se constituir uma Rede de Economia Solidária. Nesse arranjo, existem diversas entidades de apoio, como é o caso das EFA's, Cooperativas de Crédito Solidário, Entidades de Pesquisa, ONG's e Universidade. Algumas medidas poderiam potencializar atividades em nível de unidade familiar de produção e ao mesmo tempo vincular os Planos de Estudos das EFA's a algum empreendimento solidário. Algumas possibilidades seriam: aproveitar os estudantes da EFA na elaboração de projetos de crédito, plano de negócio, ou estudo de viabilidade econômica de projetos específicos. Seria também uma forma de fortalecer atividades que já existem em determinados municípios e que se encontram isoladas.

Portanto, articular o trabalho de diversas instituições seria uma forma de intervenção com vistas à constituição de redes. Entretanto, essa articulação pode ocorrer concomitantemente ao acompanhamento de associações e cooperativas que já se encontram em fase complexa de relação com mercados específicos.

Como o acompanhamento direto aos grupos exige um suporte técnico amplo, faz-se necessário o desenvolvimento de parcerias com entidades de apoio a fim de se criar uma proposta única de intervenção e fortalecimento de determinadas atividades produtivas. Nesse caso, a elaboração de ações conjuntas poderia canalizar as atividades de entidades parceiras para processos produtivos específicos.

Articular as ações que acontecem isoladamente, mas que podem ser aproveitadas por outros municípios, como infra-estrutura de armazenagem, comercialização de produtos a nível regional. Construir estratégias conjuntas a partir de ações isoladas, vinculando os trabalhos efetivos das organizações locais para um objetivo comum.

Portanto, uma forma de intervenção seria estabelecer uma “costura” institucional no arranjo que se apresenta na Zona da Mata mineira, inserindo entidades diversas em atividades distintas, porém, de forma orientada para a mesma finalidade, qual seja o desenvolvimento da economia solidária com vistas a fortalecer a transição agroecológica.

O CTA, enquanto entidade de apoio e assessoria deve mudar sua forma de acompanhar e apoiar os empreendimentos. Por muitos anos, o CTA assumiu uma postura pouco enfática ao perceber problemas ou erros nas estratégias dos empreendimentos. Historicamente participou das ações dos empreendimentos, mesmo quando percebia que a estratégia não era adequada. Neste contexto de mudança institucional, deve assumir o papel de problematizar a realidade, evidenciar as carências e as potencialidades dos empreendimentos. Ao mesmo tempo, deve funcionar como uma ponte, aproximando os empreendimentos solidários entre si e trazendo novos grupos capazes de garantir apoio aos grupos.

Outro papel para o CTA é contribuir na aproximação definitiva entre os empreendimentos e os agricultores/as envolvidos/as com a transição agroecológica. Por outro lado, inserir a discussão de acesso aos mercados dentro dos espaços de construção da agroecologia, especialmente nos intercâmbios e oficinas com agricultores/as e pesquisadores/as. Esses processos

devem ter um caráter sistemático, com metodologias orientadas para tais processos de mudanças.

Estes processos educativos devem ser sistematizados, analisados e modificados de acordo com os resultados que se espera obter, com as ações estabelecidas, que nesse caso em questão, é o fortalecimento da economia solidária como forma de promoção da transição agroecológica.

Os municípios tem diferenças marcantes em suas características, assim como as organizações locais possuem dinâmicas e estratégias diferenciadas em cada um. Os processos de transição agroecológica são heterogêneos e encontram-se em estágios diversos na Zona da Mata. Dessa forma, não se pode pensar em uma única estratégia para os fenômenos econômicos solidários. Construir uma nova forma de intervenção via assessoria significa reconhecer e considerar as diferenças, para constituir um arcabouço de propostas e estratégias.

É imprescindível reconhecer que existem atividades informais coletivas e principalmente individuais que resistem a padrões institucionais de mercado, ao mesmo tempo em que estabelecem relações de trocas com estes mercados. Essas experiências devem ser valorizadas e inseridas em um processo de intervenção. Entretanto, ainda não foram objeto de nenhum estudo, carecendo de mais aprofundamento. Uma etapa importante é realizar um diagnóstico sobre as iniciativas individuais e de pequenos grupos informais no estabelecimento de canais de comercialização.

8. Referência Bibliográfica

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de e LAVILLE, Jean-louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre, 2004.

FREITAS, Alair; FREITAS, Alan; SILVA, Márcio Gomes da; DIAS, M. Miná. Fortalecendo laços sociais e financeiros: o Sistema Ecosol de crédito Solidário em Minas Gerais. Seminário de Sociologia Econômica – UFSC, 2009.

GAIGER, Luis Inácio. **O trabalho no centro da Economia Popular Solidária**. Caxambu: Unisinos, 1999.

LISBOA, Armando de Melo. **Os desafios da economia popular solidária**. Disponível em www.ecosol.org.br (capturado em 14/02/05)

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. & SOUZA, A. (orgs.). **A Economia solidária no Brasil; a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

TAUILE, José Ricardo. **Do socialismo de mercado à economia solidária**. Évora: 2002.

9. Anexos

9.1. Lista de Siglas

AFA – Associação da Agricultura Familiar de Araponga
ASIMAF – Associação Intermunicipal de Agricultura Familiar
CEDRS – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CEPEC – Centro de Pesquisa e Promoção Cultural
COOFELIZ – Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar e Solidária
CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CTA – Centro de Tecnologias Alternativas
ECOSOL – Cooperativa de Crédito Solidário
EFA – Escola Família Agrícola
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FETRAF – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAC – Posto de Atendimento Cooperativo
PJR – Pastoral da Juventude Rural
PRONAF – Programa Nacional Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TERAVIDA – Associação dos Terapeutas
UFV – Universidade Federal de Viçosa

9.2. Associação dos Pequenos Produtores e Produtoras Rurais de Carangola – ACAN

Em Carangola foi realizada uma entrevista com a presidente da ACAN. A entrevista não seguiu o mesmo padrão das entrevistas feitas nos outros municípios, mas assumiu um caráter de recuperação histórica da ACAN e as principais dificuldades e demandas apresentadas atualmente pela associação frente às entidades de apoio.

A ACAN envolve 53 famílias e foi fundada em 1988. No início funcionava através de reuniões e exercia atividades de compras coletivas de insumos agrícolas e mudas de café para seus associados. Havia parcerias com a Secretaria de Agricultura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carangola, com o CTA e Cáritas.

Através dessas parcerias eram produzidas rapadurinhas, utilizando recursos do Fundo de Crédito Rotativo operado pela Associação Regional. Os projetos eram elaborados pelo secretário de agricultura, que também elaborou um projeto para o PAA, porém via prefeitura. Entretanto, 5 famílias envolvidas na ACAN foram beneficiadas.

O cenário da ACAN hoje, no entanto, é bem diferente. A parceria com o STR não existe mais. Como consequência, a infra-estrutura utilizada e os custos para o funcionamento, que eram pagos pelo STR, passaram a ser responsabilidade da ACAN. Dessa forma, como a associação não auferia sobras suficientes de suas atividades, passou a não funcionar tal qual era antes.

Além disso, a mudança no contexto político do município modificou todo o trabalho da associação, pois os projetos que eram desenvolvidos pela Secretaria de Agricultura não são mais executados, uma vez que não se tem mais aproximação com a prefeitura. A falta de proximidade não é devido à mudança de poder público, mas da desorganização da ACAN após a fragilidade que se instalou com o rompimento da parceria com o STR.

Entretanto, a associação está sendo reativada, ou pelo menos se tenta forjar ações que possam reativar o funcionamento da ACAN. Reuniões estão sendo realizadas de 2 em 2 meses. Mas a falta de atividades produtivas e a

ausência de recursos financeiros para desenvolver as atividades dificultam o funcionamento da associação. Sendo assim, não foi realizado o planejamento em 2009. Um elemento destacado na entrevista é que a distância entre as comunidades dificulta as reuniões. Como estratégia, a ACAN acredita que uma entidade de apoio dando suporte na elaboração de projetos e a veiculação de recursos para o desenvolvimento das atividades são medidas que podem modificar a realidade da associação.

A associação esteve presente em diversas atividades realizadas pelo CTA, como o Programa de Formação de Agricultores (PFA) e o Plano Estratégico do Café (PEC). Atualmente, entretanto, não recebe assessoria da entidade. A entrevistada também destaca que a mudança da sede da Associação Regional para Araponga provocou um distanciamento em relação aos agricultores de Carangola. De acordo com a entrevistada, a Associação Regional não está cumprindo a sua função de articulação entre as diversas organizações que compõem a sua área de abrangência, sendo o município de Carangola excluído de suas atividades.

9.3. Miradouro

Em Miradouro as entrevistas aconteceram na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o conteúdo aqui apresentado é uma perspectiva dos representantes dos agricultores que compõem o STR e a Associação dos Produtores de Miradouro. Portanto, nesse caso específico não foi utilizada a metodologia do estudo em questão, em que os dados primários foram coletados diretamente com os envolvidos nas atividades analisadas. Destarte, os representantes apresentaram informações que ajudam a compreender a dinâmica da economia solidária no município de Miradouro e contribuem para o estabelecimento de ações conjuntas a nível regional.

Entidades que atuam no município

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miradouro

O sindicato de Miradouro se insere no contexto de criação de diversos outros sindicatos na zona da mata no final dos anos 1980, com sindicatos criados através dos processos de mobilização das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e em contextos específicos de conflitos permeados por questões trabalhistas.

Recentemente, existe uma parceria entre a Associação de Produtores e o STR, bem como uma aproximação favorável com o poder público. A partir dessa parceria, a realidade da agricultura familiar é discutida por diversas entidades, o que gera ações distintas para realidades específicas.

Os processos de formação são desenvolvidos através da Escolinha Sindical e a assistência técnica é feita por um técnico agrícola contratado pelo sindicato. Esse técnico realiza visitas durante duas vezes por semana no município. Segundo informações do STR, o trabalho de análise de solo e acompanhamento técnico aos agricultores dobrou a produção de café no município e também houve um aumento considerável do cultivo de hortaliças.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais exerce suas funções previdenciárias e trabalhistas, mas possui mecanismos que fortalecem as atividades produtivas, estabelecendo parcerias e desenvolvendo seu trabalho institucional desse arranjo em que se insere.

Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Miradouro

A partir da década de 1990 iniciam-se outras demandas dos agricultores, tais como crédito, comercialização e assistência técnica. De acordo com o representante da Associação dos Produtores de Miradouro, são nessas áreas que se encontram os maiores gargalos da agricultura familiar.

Relações Institucionais

Como estratégias para superar esses gargalos, estão sendo forjadas ações conjuntas através do STR, prefeitura e Associação dos Produtores. Uma dessas ações no município é a CREDITAG²³, uma cooperativa de crédito da agricultura familiar. De acordo com o entrevistado, a cooperativa já está em funcionamento há dois anos e está se consolidando como alternativa ao crédito para o agricultor familiar. Algumas dificuldades são encontradas na cooperativa, por exemplo, só se trabalha com recursos próprios, o que faz com que os juros sejam um pouco mais altos do que se espera de uma cooperativa.

Comercialização

A compra e venda em conjunto era o objetivo da associação desde sua criação, em 1994. O número inicial de sócios era de 60 famílias. Entretanto, não se conseguia obter uma escala de produção que desse poder de barganha em

²³ Existe outro sistema de crédito na zona da mata mineira, o Sistema ECOSOL. O sistema CREDITAG foi inserido no município através da CONTAG, enquanto o sistema ECOSOL inseriu-se por meio da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), vinculada à Central Única dos Trabalhadores. A existência de dois sistemas de crédito voltados para a agricultura familiar sofre o risco de serem concorrentes à medida que se expande o sistema. Por possuírem formas de gestão, produtos e juros diferenciados, a inter-cooperação entre os dois sistemas é algo muito complexo de se estabelecer.

mercados competitivos e dinâmicos. Segundo o representante da associação, esse é um grande desafio para a agricultura familiar, obter uma constância na entrega de seus produtos. Mas a compra de insumos, tais como adubo e ração foram efetivados.

Em 2008 iniciou-se, através da aproximação com o poder público, a entrega de produtos da agricultura familiar direto para as escolas sem a necessidade de elaboração de projetos, ou seja, não foram vendidos pelo PAA. Dos municípios investigados nesse estudo, o único a possuir tal estratégia é Miradouro, sendo que os outros entregaram apenas via PAA, no entanto, com muitas dificuldades de elaboração e execução dos projetos.

A informação da Associação é de que 800 crianças estão sendo beneficiadas com a entrega dos produtos e que cerca de R\$ 90.000,00 já foram comprados de produtos dos agricultores familiares do município até então. Todos os legumes e verduras utilizados na merenda escolar municipal é entregue pela associação dos produtores de Miradouro.

Utilizar outros canais de distribuição é uma estratégia da associação. A associação possui uma infra-estrutura que será utilizada como ponto de venda, localizada no centro da cidade, e possui uma infra-estrutura na beira da BR 116, proveniente de recursos do Território do Brigadeiro e que será utilizada para armazenagem.

Tem-se pensado na constituição de uma cooperativa de produção para emissão de nota fiscal. A associação emite nota através de uma associação intermunicipal localizada em Muriaé. Entretanto, segundo o representante da associação, a complexidade das relações da associação está levando ao caminho inexorável de constituição de uma cooperativa, mas para tal empreitada, serão necessárias discussões intensas com vistas a constituir uma cooperativa sólida e solidária.

Projeto Ouro Branco

Trata-se de uma proposta da prefeitura de se criar grupos de agricultores para implantação de tanques de resfriamento nas comunidades. A partir de

2005, 23 tanques já foram instalados. Além da implantação de tanques trabalha-se o melhoramento das pastagens.

Café

O café, segundo o representante da associação, é o maior desafio para a associação, pois trata-se de uma cadeia produtiva altamente especializada. Além disso, a qualidade do café é difícil de ser alcançada devido a falta de assistência técnica. Para alcançar uma boa qualidade do café, possibilitando a entrada em mercados mais exigentes como a exportação, é necessária uma boa infraestrutura de beneficiamento.

Com recursos do Território da Serra do Brigadeiro foram adquiridos alguns equipamentos, tais como uma sala de prova do café, gerida pela associação. O município também dispõe de uma máquina de beneficiamento (limpa de café) adquirida com recursos do CTA, que está sob gerenciamento da associação.

A certificação é almejada pela associação, com propósitos de exportação de um café com qualidade comprovada. Como forma de desenvolver um café de qualidade no município, estão sendo experimentadas 12 propriedades piloto, para serem exemplos para os outros sócios da associação. A proposta para o café é de criar uma infra-estrutura que forneça toda a condição para se produzir um café de qualidade no município e inserir os agricultores na cadeia produtiva do café sem a necessidade de atravessadores.

De acordo com a entrevista, o sucesso de algumas atividades desenvolvidas no município se deve a parceira estabelecida entre a EMATER, Cooperativa de Crédito, STR e Secretaria da Agricultura. Essa parceira é desenvolvida no sentido de incidir positivamente ações voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar.